

STJ00114910

FRANCISCO A. DE SIQUEIRA MUNIZ
MATEUS COSTA PEREIRA
ORGANIZADORES

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



Desconsideração da Personalidade Jurídica e Incidente de Desconsideração.
Organizadores: Francisco A. de Siqueira Muniz, Mateus Costa Pereira. – Londrina, PR: Thoth, 2021.
284 p.
ISBN 978-65-5959-054-4
Inclui bibliografias.

1. Personalidade Jurídica.
2. Incidente de Desconsideração.
3. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
4. Título.

CDD 341.46

1224480

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores.

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO	15

CAPÍTULO 1

Bruna Catarina Alves Quixabeira

Carlos André Rodrigues Pereira Lima

RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E DO GESTOR POR DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: A APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ÀS EXECUÇÕES FISCAIS	25
---	----

1 A desconsideração da personalidade jurídica e o incidente de desconsideração no direito brasileiro.....	25
--	----

2 A natureza jurídica da responsabilização tributária de terceiro no direito brasileiro	29
--	----

3 Responsabilização do sócio ou do gestor por débitos tributários da pessoa jurídica	32
---	----

3.1 A aplicação do instituto da desconsideração jurídica às execuções fiscais.....	33
---	----

Conclusões	39
------------------	----

Referências bibliográficas	39
----------------------------------	----

CAPÍTULO 2

Daniel Jerônimo Magalhães

Guilherme Emerenciano Massa Lima

Júlia Leite Mesquita

Cássio Nunes de Lira Braga

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E O SÓCIO MINORITÁRIO: REQUISITOS DO CÓDIGO CIVIL E SUA APLICAÇÃO PELOS TRIBUNAIS PÁTRIOS	43
---	----

Introdução.....	43
1 Novos delineamentos do instituto da desconsideração da personalidade jurídica a partir da lei da liberdade econômica – alterações do artigo 50 do código civil.....	45
2 Requisitos do art. 50 do Código Civil para definição da extensão dos efeitos subjetivos da desconsideração aos sócios.....	49
2.1 Participação no ato ilícito.....	49
2.2 O requisito do benefício direto e/ou indireto.....	51
2.3 Aplicação dos requisitos.....	52
3 As hipóteses fáticas surgidas a partir dos requisitos.....	53
3.1 Hipótese I.....	54
3.2 Hipótese II.....	54
3.3 Hipótese III.....	55
3.4 Hipótese IV.....	57
4 Posição jurídica do sócio minoritário e a problemática da atribuição indistinta dos efeitos subjetivos da desconsideração da personalidade jurídica.....	57
5 Análise jurisprudencial.....	60
Considerações Finais.....	66
Referências bibliográficas.....	67
Anexo I.....	69

CAPÍTULO 3

Francisco Arthur de Siqueira Muniz

AS RESPONSABILIDADES DECORRENTES DA INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA MANIFESTAMENTE INFUNDADO.....

1 Contextualização do problema e delineamento do percurso da investigação: as consequências da interposição de incidente de desconsideração da personalidade jurídica que venha a ser considerado manifestamente infundado.....	77
2 O conceito juridicamente indeterminado de “incidente manifestamente infundado” e o seu papel na concretização normativa da litigância de má-fé.....	79
3 O “incidente manifestamente infundado” como a concretização do abuso de direito processual e/ou litigância de má-fé.....	81
4 A condenação ao pagamento de honorários advocatícios em Incidente	

de Desconsideração da Personalidade Jurídica manifestamente infundado.....	90
Conclusões: as responsabilidades decorrentes da litigância ímproba e o papel do judiciário em combater o manejo desmedido de Incidentes de Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	93
Referências bibliográficas	93

CAPÍTULO 4

Gisela Burle Cosentino

Maria Gabriela Figueiredo Parreira de Moura

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO FATOR DE (DES)INCENTIVO AO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O DIREITO BRASILEIRO E O DIREITO INGLÊS.....	99
---	----

Introdução.....	99
-----------------	----

1 Origem do instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica e a doutrina “ <i>Piercing the Corporate Veil</i> ” inglesa	101
--	-----

1.1 Limitação de Responsabilidade dos Sócios	101
--	-----

1.2 <i>Salomon v. Salomon & Co</i> : o princípio da doutrina “ <i>Piercing the Corporate Veil</i> ”	103
---	-----

3 Análise do atual cenário jurídico	106
---	-----

3.1 Atual aplicação da “ <i>Piercing the Corporate Veil</i> ”: Análise do Direito Inglês	106
--	-----

3.2 Atual aplicação da “Desconsideração da Personalidade Jurídica”: Análise do Direito Brasileiro.....	108
--	-----

4 Análise comparativa	111
-----------------------------	-----

4.1 <i>Piercing the Corporate Veil</i> x Desconsideração da Personalidade Jurídica: a tradução brasileira do instituto representa riscos adicionais a investidores estrangeiros?	111
--	-----

Referências	115
-------------------	-----

CAPÍTULO 5

João Victor de Araújo Azevedo

Marina Vilela Lima de Almeida

ENTRE A VEDAÇÃO DA FRAUDE AOS CREDORES E AS PRERROGATIVAS INERENTES À PERSONALIDADE JURÍDICA:	
---	--

A OMISSÃO LEGISLATIVA E OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO INVERSA	117
1 Instituto da Disregard Doctrine.....	117
1.1 Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica	118
2 Teoria maior	120
2.1 Requisitos necessários para aplicabilidade no âmbito da desconsideração inversa (Código Civil, art. 50)	121
2.2 Importância da limitação de incidência da desconsideração inversa como proteção ao patrimônio da pessoa jurídica e seus respectivos sócios	123
3 Sopesamento entre a desconsideração inversa e a proteção aos princípios inerentes à pessoa jurídica.....	125
3.1 Análise prática dos limites a serem observados acerca da desconsideração inversa.....	127
Conclusão.....	130
Referências bibliográficas	132

CAPÍTULO 6

Maria Júlia Campelo Rodrigues

Tiago Miranda Neves Baptista

Elisa Arraes de Alencar Khan

COMPETÊNCIA DO TCU PARA A APLICAÇÃO DO IDPJ NOS CONTRATOS PÚBLICOS.....	135
1 IDPJ nos contratos públicos	136
1.1 Introdução	136
1.2 Dos contratos públicos	137
1.3 Desconsideração da personalidade jurídica pelo Tribunal Administrativo. A teoria dos poderes implícitos.....	140
2 O incidente da desconsideração da personalidade jurídica no TCU	142
2.1 O posicionamento do TCU antes da Lei Anticorrupção	142
2.2 A lei anticorrupção.....	144
3 O papel do STF na competência do TCU.....	147
3.1 O acórdão paradigma no STF.....	147
3.2 O acórdão do TCU	150
Conclusão.....	152

Referências bibliográficas	153
----------------------------------	-----

CAPÍTULO 7

Luiza Medeiros Leite

Renan Dias de Albuquerque

Tainã Almeida Pinheiro de Sousa

DA NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PARA O REDIRECIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS AOS GRUPOS ECONÔMICOS.....	157
--	-----

Introdução.....	158
-----------------	-----

1 Matriz da sujeição passiva tributária no CTN	159
--	-----

2 Definição de grupos econômicos	164
--	-----

3 Redirecionamento e responsabilização nas execuções fiscais	166
--	-----

4 Necessidade de instauração do IDPJ para redirecionamento das execuções fiscais aos grupos econômicos.....	169
---	-----

Considerações finais	176
----------------------------	-----

Referências bibliográficas	177
----------------------------------	-----

CAPÍTULO 8

Marianna Moreira Alves de Vasconcelos

Beatriz Maia dos Anjos

(DES)NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA EM EXECUÇÕES FUNDADAS EM TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS: ANÁLISE DOUTRINÁRIA E CONFRONTO ENTRE JULGADOS DO TJPR E TJSP	181
--	-----

Introdução.....	181
-----------------	-----

1 A ampla defesa no CPC/15	184
----------------------------------	-----

2 O Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica: novas garantias no CPC/15.....	187
--	-----

3 Estudo de caso prático para identificar divergência de posicionamento na doutrina e jurisprudência pátria.....	189
--	-----

A) Pedido de desconsideração da personalidade jurídica em petição inicial de ação executiva fundada em título extrajudicial não fere a ampla defesa	189
---	-----

B) Pedido de desconsideração da personalidade jurídica em petição	
---	--

inicial de ação executiva fundada em título extrajudicial fere a ampla defesa	192
Conclusão.....	194
Referências Bibliográficas.....	196

CAPÍTULO 9

Marília Araújo de Albuquerque

Maria Sofia Cesar Correia de Farias

AO VENCEDOR, AS BATATAS! REFLEXÕES SOBRE A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA A PARTIR DAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	199
--	-----

Introdução.....	199
-----------------	-----

1 Expressões Assimétricas da comunicação patrimonial e a desconsideração da personalidade jurídica.....	201
---	-----

2 Fraude, violência patrimonial e desconsideração inversa	209
---	-----

Conclusão.....	214
----------------	-----

Referências bibliográficas	214
----------------------------------	-----

CAPÍTULO 10

Mateus Costa Pereira

LIMITAÇÕES NEGOCIAIS AO/NO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: UMA BREVE ANÁLISE DE SUA VIABILIDADE MEDIANTE OS NEGÓCIOS PROCESSUAIS	217
--	-----

Introdução.....	217
-----------------	-----

1 Da teoria do fato jurídico à teoria do fato jurídico processual.....	218
--	-----

2 O negócio jurídico processual na tipologia dos fatos jurídicos processuais	222
--	-----

3 O Código de Processo Civil e a cláusula geral de negociação processual	226
--	-----

4 Limitação negocial ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ)	228
---	-----

Considerações finais	232
----------------------------	-----

Referências bibliográficas	232
----------------------------------	-----

CAPÍTULO 11**Matheus Carvalho Silva****Maria Beatriz Corrêa Piquet Gonçalves**

OS PRESSUPOSTOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA: UMA CONCEPÇÃO RETÓRICA
DA CONFUSÃO PATRIMONIAL E DO DESVIO DE FINALIDADE
À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TJPE.....235

Introdução.....235

1 Fundamentos da personalidade jurídica e pressupostos para a
desconsideração238

2 A “Catedral de Rouen” e conceitos jurídicos indeterminados: do
desvio de finalidade e da confusão patrimonial241

3 De Montesquieu a Katarina Sobota: análise quantitativa e qualitativa
da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco244

Conclusões.....248

Referências bibliográficas250

CAPÍTULO 12**Gabriel Eugênio Barreto Moreira****Myrtis Guimarães Costa**

OS LIMITES À DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE
JURÍDICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – UMA ANÁLISE CRÍTICA
DO PARECER NORMATIVO Nº 4/2018 DA SECRETARIA DA
RFB253

Introdução.....253

1 Objeto do parecer normativo sob análise.....255

2 Resgate ao significado da expressão “interesse comum”259

3 O real objetivo do parecer normativo266

Conclusões.....269

Referências bibliográficas270

CAPÍTULO 13**Rafaela Oliveira de Moraes**

DA CONTROVÉRSIA RELATIVA À EXTENSÃO SUBJETIVA
DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A TERCEIROS NÃO
SIGNATÁRIOS E A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO
INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE

JURÍDICA. ANÁLISE SOB A ÓTICA DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.698.730/SP	273
Introdução: a possibilidade de desconsiderar a personalidade jurídica para assegurar a satisfação de eventual sentença arbitral.....	273
1 Da explanação fática do REsp nº 1.698.730 - SP	274
2 Da cláusula compromissória (doravante denominada “CP”) e o princípio da competência-competência	275
a) A extensão subjetiva da CP abordada no acórdão do REsp nº 1.678.730/SP.....	275
3 A possibilidade de extensão subjetiva da CP em razão da Desconsideração da Personalidade Jurídica. Realidade fática do Recurso Especial Cível Nº 1.698.730 - SP (2016/0146726-1)	279
a) Da discussão acerca da competência do Tribunal Arbitral.....	280
Conclusão.....	282
Referências Bibliográficas.....	282